**E-Tom, a escala de transparência orçamentária**

A escala de transparência orçamentária foi criada como trabalho de conclusão de curso pelo estudante Francisco Matelli Matulovic ao graduar-se em Administração Pública pela UNESP de Araraquara.

Seu trabalho tomou por base um anterior, de autoria do seu orientador, o professor doutor Valdemir Aparecido Pires, que reuniu toda legislação já criada sobre disponibilização de documentos público à população pelas prefeituras, resultando no Transparência Orçamentária Municipal (TOM). Somando isso à Lei Capibaribe, a Lei de Transparência (nº131), aprovada em 2009, Matelli decidiu criar uma escala que pudesse medir a transparência online por município. É o e-TOM.

A escala é dividida em duas partes

* Parte 1 – Disponibilização de documentos exigidos pela lei, dividida em três tópicos Planejamento orçamentário, Execução Orçamentária e Compras públicas, com peso de 60% da nota final
* Parte 2 – Características técnicas do site, dividida em dois tópicos, Usabilidade e Recursos para interação com o usuário, correspondendo a 40% da nota final

A ideia é transformar uma linguagem restrita ao meio técnico e acadêmico a uma linguagem acessível ao cidadão comum. No seu TCC o estudante avaliou o caso da cidade de São Carlos, no interior de São Paulo, que tirou 58 em uma escala que varia de 0 a 100. A ideia desse projeto é criar uma escala universal, que possa ser utilizada em qualquer prefeitura, de qualquer porte.

O trabalho completo com o formulário utilizado na pesquisa, explicando detalhadamente os critérios da avaliação, além de um estudo de caso podem ser baixados no meu site pessoal, no endereço <<http://franciscomatelli.com/e-tom>>

**Pesquisa com as capitais**

A minha ideia ao me inscrever no evento era criar um site que observadores voluntários pudessem avaliar suas próprias cidades para gerar notas que seriam publicadas em um ranking nacional de transparência, porém, ao conversar com os jornalistas presentes, acabamos optando por, antes do lançamento do ranking nacional, colocar à prova a escala avaliando as capitais dos estados.

Durante o evento do Hackatão foram analisados os portais de transparência das capitais dos estados federados do Brasil, foram analisados 26 capitais, por uma questão técnica excluiu-se Brasília da pesquisa, os portais das cidades de Cuiabá e Boa Vista estiveram fora do ar durante todo o dia, e os dados das pesquisas de Fortaleza, Goiânia e Teresina foram corrompidos e os questionários parcialmente perdidos, o que resultou na exclusão destes municípios da pesquisa.

Ao final do trabalho tínhamos em mãos dados de 21 capitais para serem tabulados analisados.

**Metodologia**

A pesquisa foi feita por voluntários durante o evento do Hackatão, foi utilizada uma metodologia simples, primeiro se acessava o site principal das prefeituras ou o portal da transparência para procurar os documentos exigidos, em alguns casos os mesmos se encontravam em subsistemas ou subdiretórios, como site das secretárias da fazenda, quando não era encontrado buscávamos com a ferramenta de busca do Google. Se fosse encontrado o documento, o pesquisador deveria colocar o link para o local do arquivo.

Durante o evento planejamos que cada prefeitura seria pesquisada por um pesquisador e revista por outro diferente, mas percebemos que não teríamos tempo suficiente para a revisão, pois o tempo médio para preencher o formulário de cada prefeitura foi de duas horas. Sendo que ainda foram perdidos os dados de pesquisas com três prefeituras, Fortaleza, Teresina e Cuiabá, não havendo tempo para refazer a pesquisa com essas capitais.

Como não existe um padrão para o desenvolvimento e disponibilização desses arquivos é possível que não tenham sido encontrados pelos pesquisadores arquivos que podem estar online, por isso o resultado dessa pesquisa não é conclusivo, estamos aberto para que as prefeituras comentem e participem enviando novas informações para melhorarmos a pesquisa, contestando possíveis falhas ou omissões.

Lembrando que os voluntários têm formações diversas, como analistas, programadores e jornalistas, sendo que, para a maioria, participar desta pesquisa foi o primeiro contato com tópicos de contabilidade pública. Segue a lista de municípios e o pesquisador responsável:

|  |  |
| --- | --- |
| Aracaju | André Cabette Fábio |
| Rio Branco | André Cabette Fábio |
| Recife | André Cabette Fábio |
| Manaus | André Cabette Fábio |
| Porto Velho | Carlucio |
| Curitiba | Fernando Cymbaluk Couri |
| Cuiabá | Fernando Cymbaluk Couri |
| Belo Horizonte | Fernando Cymbaluk Couri |
| João Pessoa | Fernando Cymbaluk Couri |
| Porto Alegre | Francisco Matelli Matulovic |
| Rio de Janeiro | Francisco Matelli Matulovic |
| Palmas | Francisco Matelli Matulovic |
| Vitória | Francisco Matelli Matulovic |
| São Paulo | Luis Antônio Fernandes |
| Teresina | Mariana |
| Florianópolis | Nádia Ramirez |
| São Luís | Nádia Ramirez |
| Maceió | Rafael souza Moraes |
| Belém | Rafael souza Moraes |
| Macapá | Rafael souza Moraes |
| Campo Grande | Renato Rebelo de Moraes |
| Natal | Renato Rebelo de Moraes |
| Salvador | Renato Rebelo de Moraes |

**Resultados**

Como resultado foi possível comparar 20 capitais, gerando o seguinte gráfico:

A capital que ficou mais bem colocada foi São Paulo, obtendo a excelente nota de 83 pontos, e a pior colocada foi São Luís, com somente nove pontos. Obtiveram pontuação acima de 60 somente três capitais, além de São Paulo, Florianópolis e Porto Alegre ficaram bem ranqueadas.

Na análise da transparência média das capitais, a região mais bem colocada foi à região sul, seguida por sudeste, centro-oeste, nordeste e norte. Analisando a posição de cada região pode- se constatar que o índice de transparência está em consonância com o índice de desenvolvimento de cada região, o que indica que a e-tom é uma escala que gera informações em sintonia com a realidade brasileira.

**Conclusão**

Muitas notas baixas são explicadas por as prefeituras não fornecerem documentos do ano vigente, porém a lei é clara ao exigir que a documentação deva estar atualizada. Alguns sites apresentam uma estrutura com links para todos os documentos exigidos pela lei e uma navegabilidade boa, porém vazios de conteúdo, com unicamente a utilidade de enganar eleitores e servirem como plataforma para a divulgação dos nomes dos prefeitos e legendas partidárias. Não serão citados os casos flagrados, porém qualquer pessoa pode acessar os sites e descobrirem quais são os bons e os maus portais, a dica é desconfiar quando tiver a foto do prefeito na capa.

Porém, acredito existam casos de boa vontade política e desejo de adequação à lei, mas que esbarram em falta de capacidade ou conhecimento legal dos gestores públicos, nesse caso a escala serve para orientar o trabalho das prefeituras, servindo como um guia para o melhoramento de seus portais de transparência.

A média da transparência das capitais brasileira é de 44 pontos, ficando abaixo da metade, o que mostra que os governos e administração municipal ainda não estão acostumados à cultura da transparência. Muito esforço deve ser feito para que essas prefeituras se adéqüem a lei, lembrando que o período de adequação já venceu, mas como a lei não prevê sanções ou penalidades não devemos esperar boa vontade dos políticos, que façamos nossa parte como cidadão e exijamos o cumprimento da lei, vamos pressionar os governos a serem mais transparentes.

O resultado dessa pesquisa visa incitar o movimento da opinião publica para a exigência de uma nota maior na escala, além de ajudar a mídia e formadores de opinião a balizar seus argumentos em dados reais e mensuráveis, pois a transparência só faz sentido com a participação popular.

Agradeço a todos os voluntários que suaram a camisa pesquisando durante o evento, num sábado ensolarado enquanto muitas pessoas estavam se divertido nós estávamos ralando nos computadores, sem a ajuda de vocês essa pesquisa não teria sido possível. Agradeço também a todos os interessados e pessoas que contribuíram de alguma forma para o avanço do projeto.

Por Francisco Matelli Matulovic

Itapetininga, 27 de junho de 2012